



Informação nº 134/2020

PROCESSO Nº : 00600-00000439/2020-16-e
INTERESSADO : Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF
ASSUNTO: Representação
EMENTA: Representação. Dispensa de Licitação. Contratação emergencial. Lei nº 13.979/2020¹. Contrato nº 063/2020 – SES/DF. Diligência. Pelas sugestões.

Senhor Diretor,

Tratam os autos da Representação nº 12/2020 – CF (peça nº 3 – e DOC 84575837-e), formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPjTCDF, acerca da Dispensa de Licitação nº 03/2020, Processo SEI 00060-00109204/2020-43, referente à contratação emergencial de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos Núcleos do Componente Especializado – NFCE (Farmácias de Alto Custo), contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte de medicamentos.

2. Na Sessão Ordinária nº 5.228, realizada em 30.09.2020, o Tribunal exarou a Decisão nº 4.226/2020 (peça nº 28 – e DOC D4440C5F-e), de 30.09.2020, nos seguintes termos, em parte:

Decisão nº 4.226/2020

[...]

III – com fulcro no art. 277, “caput”, do RI/TCDF, deferir medida cautelar mitigada, determinando à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que observe, quando do pagamento de qualquer quantia à empresa BRB Serviços S.A., com fulcro no Contrato n.º 063/2020, o valor máximo mensal de R\$ 1.498.389,62, devendo ajustar os percentuais adotados pela Contratada aos valores máximos admitidos por esta Casa para encargos sociais e BDI (72,91% e 30,00%, respectivamente), conforme detalhado nos parágrafos 74/79 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3, no PT 2 – Planilha de Formação de Preços e no relatório/voto do Relator; IV – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 15 (quinze) dias: a) conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, permissão para acesso externo ao Processo SEI n.º 00060-00107460/2020-04 à Terceira Divisão de Fiscalização

¹ Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.



de Áreas Sociais e Segurança Pública (e-mail diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias; b) encaminhe as memórias de cálculo utilizadas para definição dos quantitativos de entrega em domicílio por mês e das ligações com agendamento efetivado para os usuários do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Distrito Federal - CEAF-DF, indicados no Documento de Oficialização da Demanda - DOD SES/SAIS/CATES/DIASF 37291643 e no Projeto Básico SES/SUAG/CEIC 37293085, ambos constantes no Processo SEI n.º 00060- 00109204/2020-43; c) disponibilize, para todos os meses da contratação (de abril a setembro/2020): 1. os relatórios de produção (item 6.6.2, do Projeto Básico) elaborados para fins de acompanhamento do volume diário de ligações; 2. os relatórios de medição dos serviços executados em cada mês (item 7.9, do Projeto Básico); 3. os relatórios de apuração dos serviços executados (item 8.1, do Projeto Básico); 4. os relatórios da eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente na central telefônica e os relatórios de conformidade nos padrões de qualidade (item 8.8, do Projeto Básico); 5. os relatórios de entregas realizadas (documento de medição inserido na Tabela n.º 2 - Entrega de Medicamentos em Domicílio do Apêndice III – Instrumento de Medição de Resultado - IMR - do Projeto Básico); d) manifeste-se sobre a ausência de orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários (tópico V.2.2.1 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3), uma vez que a “Planilha DETALHADA de Estimativa de Preços” juntada ao Processo SEI n.º 00060- 00109204/2020-43 não atende à legislação; e) em relação à Planilha de Formação de Preços elaborada pela sociedade empresária BRB Serviços S.A., constante nas páginas 98/99 do Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43: 1. apresente a memória de cálculo dos percentuais referentes a cada uma de suas rubricas; 2. encaminhe a composição detalhada de todos os custos unitários dos seguintes itens inseridos no GRUPO 5 - CUSTO DE CONTRATAÇÃO LOGÍSTICA: A - INSTALAÇÃO CALL CENTER, B - TELEFONIA e C - ENTREGA MEDICAMENTOS EM CASA, juntamente com a(s) cópia(s) do(s) Acordo(s) ou da(s) Convenção(ões) Coletiva(s) ao(s) qual(ais) o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra; f) apresente esclarecimentos sobre a ausência de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados (tópico V.2.2.3 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3); g) informe ao Tribunal sobre a realização de termo aditivo ao Contrato n.º 063/2020 - SES/DF (38082098), para inclusão de serviços da entrega dos medicamentos do Núcleo de Farmácia de Ações Judiciais - NUFAJ, noticiada no Memorando n.º 105/2020 - SES/SAIS/CATES/DIASF (40884012); h) esclarecer se parte da execução dos serviços do objeto do Contrato n.º 063/2020 - SES/DF (38082098) foi subcontratada e, em caso afirmativo, encaminhe cópia: 1. do contrato celebrado entre a sociedade empresária BRB Serviços S.A. e a subcontratada; 2. da justificativa formal, devidamente fundamentada, demonstrando a necessidade e a viabilidade de se adotar a subcontratação no âmbito do objeto contratado; 3. da autorização prévia emitida pela SES/DF, para fins da subcontratação parcial dos serviços pela BRB Serviços S.A.; 4. da avaliação efetuada pela SES/DF quanto ao cumprimento, pela subcontratada, dos requisitos da qualificação técnica necessários para a execução dos serviços subcontratados; i) disponibilize cópia da documentação relativa à demonstração da ausência das circunstâncias previstas no art. 23, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993, consoante estabelece o item 1, da subalínea “a.2”, da Decisão Normativa TCDF n.º 2/2012, tendo em conta o não parcelamento do objeto da Dispensa de Licitação n.º 03/2020; V – determinar à Secretaria de Estado de



Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, doravante: a) instrua, nos termos do art. 9º da Portaria PGDF n.º 115/2020, os autos de contratação direta relativos à aquisição de bens, serviços e insumos para enfrentamento da COVID 19, realizadas com fundamento na Lei Federal n.º 13.979/2020, com a declaração da autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial SEI-GDF n.º 002/2020 – PGDF/PGCONS, conforme modelo anexo à Portaria PGDF n.º 115/2020; b) indique a correta fundamentação legal para a vigência contratual, de modo a observar a legislação pertinente (Lei n.º 8.666/1993 ou Lei n.º 13.979/2020), tendo em conta as falhas apontadas no tópico V.5 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3; c) no caso de deflagrar nova dispensa de licitação para o mesmo serviço objeto do Contrato 063/2020, afaste as irregularidades apontadas na Informação n.º 70/2020 – DIASP3, encaminhando ao Tribunal, tão logo publique o aviso do certame no DODF, cópia da documentação que comprove o efetivo atendimento das diligências em análise; VI – fixar o prazo de 15 (quinze) dias para que a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF e a sociedade empresária BRB Serviços S.A., caso queiram, apresentem suas considerações acerca do sobrepreço apontado nos parágrafos 74/79 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa;

3. Por intermédio do Ofício nº 577/2020-G2P (peça nº 36 – e DOC E1397BA9-e), de 14.10.2020, o MPJTCDF apresentou a seguinte informação:

Notícia veiculada pela mídia dá conta, além da falta de medicamentos de alto custo, da suspensão dos “serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio de usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF”, tema tratado no Processo 00600-00000439/2020-16-e, de relatoria de V.Exª, razão pela qual a encaminhamento para adoção das providências cabíveis

4. Via Despacho – BRB/PRESI/SECRE/GECOI (peça nº 38 – e DOC F378EAFE-c), de 02.10.2020, a Gerência de Controle da Informação do Banco de Brasília encaminhou ao BRB Serviços cópia do Ofício nº 9041/2020-GP (peça nº 30 – e DOC 9578EBC3-c).

5. Mediante o Ofício BRB SERVIÇOS Nº 054/2020 (peça nº 39 – e DOC 44652BFA-c), de 16.10.2020, o BRB Serviços S.A. solicitou a dilação do prazo para cumprimento da diligência inserta no item VI, da Decisão nº 4.226/2020, pelo prazo de mais 5 (cinco) dias.

6. O pleito, noticiado acima, foi atendido por intermédio do Despacho Singular nº 678/2020 – GCIM (peça nº 41 – e DOC 62F66FDD-e), de 20.10.2020.

DESPACHO SINGULAR Nº 678/2020 – GCIM

Por meio de expediente protocolizado nesta Corte de Contas em 19.10.2020 (e-DOC 44652BFA-c), a empresa BRB Serviços S.A. requer prorrogação de prazo por 5 dias para cumprimento ao deliberado na Decisão n.º 4.226/2020.

Assinala o signatário do expediente que o prazo inicialmente concedido pela Corte de Contas mostrou-se insuficiente ante a necessidade de compilação de



informações técnicas a demanda foi tramitada em diversas áreas da companhia.

Compulsando os autos, verifico que o pedido de dilação de prazo afigura-se tempestivo, posto que a empresa BRB Serviços S.A. conheceu do teor da referida deliberação monocrática em 02.10.2020 (peça eletrônica 31).

Ademais, o peticionamento observa aos demais requisitos dispostos nos §§ 1º e 2º do art. 172 do RI/TCDF.

Assim sendo, nos termos do art. 172, inc. I, do RI/TCDF, concedo prorrogação de prazo por 05 (cinco) dias, a contar do conhecimento desta deliberação monocrática para que a empresa BRB serviços S.A. dê efetivo cumprimento à diligência inserta no item VI da Decisão n. 4.226/2020.

7. Por meio do Ofício BRB SERVIÇOS Nº 055/2020 e anexos² (peça nº 44 – e DOC C17149C9-c), de 20.10.2020, intempestivamente³, a sociedade empresária BRB Serviços S.A. apresentou suas considerações acerca do sobrepreço apontado nos parágrafos 74/79 da Informação nº 70/2020 – DIASP3 (peça nº 23 – e DOC 02CE96A2-e). Diante da extrapolação de somente 1 (um) dia, do prazo estipulado no Despacho Singular nº 678/20 - GCIM, entendemos que o Plenário possa relevar o atraso.

8. Por intermédio do Ofício nº 7426/2020 – SES/GAB⁴ (peça nº 66 – e DOC E3750953-c), de 15.10.2020, e anexos⁵ (peças nºs 45/65 – e DOCs 87372325-c, 5406F3D5-c, E31B32D1-c, 3A3D71DC-c, 8D20B0D8-c, 8870F7C6-c, 3F6D36C2-c, E64B75CF-c, 5156B4CB-c, ECEBFBF3-c, 5BF63AF7-c, 875918A7-c, 3044D9A3-c, 5E7F5BAA-c, 5B2F1CB4-c, EC32DDB0-c, 35149EBD-c, 82095FB9-c, 3FB41081-c, 88A9D185-c e 5EC8466B-c, respectivamente), a SES/DF, intempestivamente⁶, apresentou as suas manifestações acerca das diligências contidas nas alíneas inseridas no item IV da Decisão nº 4.226/2020, bem como apresentou suas considerações acerca do sobrepreço apontado nos parágrafos 74/79 da Informação nº 70/2020 – DIASP3 (item VI da Deliberação citada anteriormente). Diante do pequeno período de tempo transcorrido após a expiração do prazo estipulado pelo Tribunal, entendemos que o Plenário possa relevar o atraso.

9. Nesta fase, procede-se ao exame do mérito da Representação nº 12/2020 - CF, tendo em conta as manifestações apresentadas pela SES/DF e pela sociedade empresária BRB Serviços S.A., em razão das diligências contidas na Decisão nº 4.226/2020.

10. A presente Informação está estruturada de acordo com os seguintes tópicos:

² Juntado aos autos no e-TCDF em 27.10.2020.

³ Tendo em conta que o prazo estipulado no Despacho Singular nº 678/2020 – GCIM se expirou em 26.10.2020.

⁴ Juntado aos autos no e-TCDF em 27.10.2020.

⁵ Juntados aos autos no e-TCDF em 27.10.2020.

⁶ Haja vista que o prazo fixado no item IV, da Decisão nº 4.226/2020 se expirou em 16.10.2020.



- I. Da Manifestação da SES/DF Quanto às Diligências Contidas nos itens III (Medida Cautelar Mitigada), IV e V, da Decisão nº 4.226/2020
- II. Das Considerações Apresentadas pela SES/DF e pela Sociedade Empresária BRB Serviços S.A. Acerca do Sobrepreço Apontado nos Parágrafos 74/79 da Informação nº 70/2020 – DIASP3 (Item VI, da Decisão nº 4.226/2020)
- III. Do Mérito da Representação nº 12/2020 - CF
- IV. Da Conclusão
- V. Das Proposições

I. Da Manifestação da SES/DF Quanto às Diligências Contidas nos Itens III (Medida Cautelar Mitigada), IV e V, da Decisão nº 4.226/2020

I.1. Item III da Decisão nº 4.226/2020

11. Cabe transcrever os seguintes trechos do Ofício nº 7426/2020 – SES/GAB (peça nº 66 – e DOC E3750953-c):

*Trata-se do **Ofício nº 9040/2020-GP (48231395)**, que encaminha a **Decisão nº 4226/2020**, proferida no **Processo nº 00600-00000439/2020-16-e**, que tem por objeto a Representação nº 12/2020-CF, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto à Corte, versando sobre dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio de usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) da SES-DF.*

Na supracitada Decisão, o Tribunal determinou a adoção de procedimentos, de seguinte teor:

[...]

Nesse sentido, a Subsecretaria de Administração Geral, por meio do Despacho SES/SUAG (48986780), restituiu manifestação de suas respectivas áreas técnicas, conforme descritas a seguir:

"Os autos foram submetido (sic) as áreas desta Subsecretaria para conhecimento da supracitada Decisão, e manifestação no âmbito das respectivas competências. Deste modo, relaciona-se abaixo as manifestações:

1. III – COM FULCRO NO ART. 277, “CAPUT”, DO RI/TCDF, DEFERIR MEDIDA CAUTELAR MITIGADA, DETERMINANDO À SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – SES/DF QUE



OBSERVE, QUANDO DO PAGAMENTO DE QUALQUER QUANTIA À EMPRESA BRB SERVIÇOS S.A., COM FULCRO NO CONTRATO N.º 063/2020, O VALOR MÁXIMO MENSAL DE R\$ 1.498.389,62, DEVENDO AJUSTAR OS PERCENTUAIS ADOTADOS PELA CONTRATADA AOS VALORES MÁXIMOS ADMITIDOS POR ESTA CASA PARA ENCARGOS SOCIAIS E BDI (72,91% E 30,00%, RESPECTIVAMENTE), CONFORME DETALHADO NOS PARÁGRAFOS 74/79 DA INFORMAÇÃO N.º 70/2020 – DIASP3, NO PT 2 – PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS E NO RELATÓRIO/VOTO DO RELATOR;

Resposta - Despacho - SES/SUAG/DACC/GACTC (48889310):

Controle Financeiro de Pagamentos CTR - 063/2020 - BRB Serviços S/A - (38082098)

| Data Recebimento | Competência | Processo | Nota Fiscal | Data da NF | Valor da NF | Link SEI | Glosa | Valor Líquido | OB | Data do Pagamento |
|------------------|-------------------------|------------------------|-------------|------------|----------------|----------|--------------|----------------|-------|---|
| 7/5/2020 | 03/04/2020 a 30/04/2020 | 00060-00189892/2020-17 | 2239 | 30/4/2020 | RS1.682.450,06 | 39792810 | RS961.351,96 | RS721.098,10 | 15356 | 11/8/2020 |
| 10/8/2020 | 01/05/2020 a 31/05/2020 | 00041-00000969/2020-65 | 2324 | 31/7/2020 | RS1.802.625,06 | 45062994 | RS193.722,11 | RS1.608.902,95 | 18220 | 24/09/2020 |
| 2/9/2020 | 01/06/2020 a 30/06/2020 | 00041-00001317/2020-48 | 2328 | 26/8/2020 | RS1.802.625,06 | 46043797 | RS285.175,28 | RS1.517.449,78 | 18228 | 24/09/2020 |
| 4/8/2020 | 01/07/2020 a 31/07/2020 | 00041-00001399/2020-21 | 2351 | 31/8/2020 | RS1.802.625,06 | 46489732 | RS - | RS1.802.625,06 | | Em fase de instrução para pagamento (Para atesto) |
| 9/9/2020 | 01/08/2020 a 31/08/2020 | 00041-00001661/2020-37 | 2358 | 9/9/2020 | RS1.802.625,06 | 46844117 | RS - | RS1.802.625,06 | | Em fase de instrução para pagamento (Para atesto) |
| 1/10/2020 | 01/09/2020 a 28/09/2020 | 00041-00001893/2020-95 | 2386 | 30/9/2020 | RS1.682.450,06 | 48371609 | RS - | RS1.682.450,06 | | Em fase de instrução para pagamento (Para atesto) |

I.2. Item IV da Decisão nº 4.226/2020

12. Cabe transcrever os seguintes trechos do Ofício nº 7426/2020 – SES/GAB (peça nº 66 – e DOC E3750953-c):

Ofício Nº 7426/2020 – SES/GAB

[...]

2. IV – DETERMINAR À SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – SES/DF QUE, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS:

3. A) CONCEDA, NA FORMA PREVISTA NO ITEM 10.4 DO MANUAL DO USUÁRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI, PERMISSÃO PARA ACESSO EXTERNO AO PROCESSO SEI N.º



00060-00107460/2020-04 À TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA (E-MAIL DIASP3@TC.DF.GOV.BR), PELO PERÍODO (VALIDADE) DE 730 DIAS;

Resposta - Verifica-se o atendimento da demanda conforme segue:

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

sei

00060-00107460/2020-04

- Documento de Oficialização da Demanda - DOD SES/SAIS/CATES/DIASF 37217327
- Documento de Oficialização da Demanda - DOD SES/SAIS/CATES/DIASF 37234955
- Documento de Oficialização da Demanda - DOD SES/SAIS/CATES/DIASF 37237189
- Memorando 60 (37245388)
- Despacho SES/SUAG/CEIC 38242433
- Termo de Encerramento SES/SAIS/CATES/DIASF 38259581

Consultar Andamento

Processos Relacionados:
Aquisição: Serviços (1)

Aquisição: Serviços

Histórico do Processo 00060-00107460/2020-

Ver histórico resumido

| Data/Hora | Unidade | Usuário |
|------------------|----------------------|-----------|
| 14/10/2020 15:43 | SES/SUAG/DACC/GACTC | 55216874E |
| 14/10/2020 15:37 | SES/SUAG/DACC/GACTC | 55216874E |
| 13/10/2020 18:59 | SES/SUAG/DACC/GACTC | 55216874E |
| 13/10/2020 17:09 | SES/SUAG/DACC/GACTC | 552169481 |
| 13/10/2020 17:01 | SES/SUAG/DACC/GACTC | 55216874E |
| 13/10/2020 16:54 | SES/SAIS/CATES/DIASF | 55216930E |
| 13/10/2020 16:41 | SES/SAIS/CATES/DIASF | 55216930E |

4. B) ENCAMINHE AS MEMÓRIAS DE CÁLCULO UTILIZADAS PARA DEFINIÇÃO DOS QUANTITATIVOS DE ENTREGA EM DOMICÍLIO POR MÊS E DAS LIGAÇÕES COM AGENDAMENTO EFETIVADO PARA OS USUÁRIOS DO COMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO DISTRITO FEDERAL - CEAF-DF, INDICADOS NO DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA - DOD SES/SAIS/CATES/DIASF 37291643 E NO PROJETO BÁSICO SES/SUAG/CEIC 37293085, AMBOS CONSTANTES NO PROCESSO SEI N.º 00060- 00109204/2020-43;

A Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde, por meio do Despacho SES/SAIS (48933853), encaminhou a manifestação da executora do contrato quanto ao referido item:

Saliente-se, inicialmente, que esta gerente não participou da elaboração do DOD, portanto, não tem ciência dos critérios utilizados para definição dos quantitativos de entrega em domicílio por mês e das ligações com agendamento efetivado para os usuários do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Distrito Federal - CEAF-DF, bem como não teve acesso às memórias de cálculos que subsidiaram os referidos quantitativos. O que será informado será um retrato da situação no mês de outubro de 2020, o que reflete basicamente a situação dos meses anteriores, do ano de 2020. Segue abaixo e em anexo relatórios com os dados solicitados, todavia, conforme salientado, referentes a outubro de 2020.



- *Relatório 1 - Total de pacientes com cadastro ativo no mês de outubro de 2020 - 48801701;*

- *Relatório 2 - Total de pacientes com cadastro ativo no mês de outubro de 2020, excluídos os pacientes que estão com os cadastros não renovados - 48801703;*

- *Relatório 3 - Total de pacientes, excluídos os pacientes que estão com os cadastros não renovados, bem como os pacientes que já retiraram os medicamentos até o dia 10/10/2020 - 48801706;*

- *Relatório 4 - Total de pacientes, excluídos os pacientes que estão com os cadastros não renovados, excluídos os pacientes que já retiraram os medicamentos até o dia 10/10/2020, bem como os pacientes que retiraram medicamentos para três meses - 48801711;*

- *Relatório 5 - Total de pacientes, excluídos os pacientes que estão com os cadastros não renovados, excluídos os pacientes que já retiraram os medicamentos até o dia 10/10/2020, excluídos os pacientes que retiraram medicamentos para três meses, bem como excluídos os medicamentos que encontram-se em falta em 10/10/2020 - 48801713;*

Para dar mais clareza às informações, segue planilha elucidativa dos dados constantes nos relatórios em anexo.

| | |
|--|---------------|
| Total de pacientes com cadastro ativo no mês de outubro de 2020 | 34.479 |
| Pacientes com cadastros não renovados | 7.960 |
| Total de pacientes com cadastro ativo no mês de outubro de 2020, excluídos os pacientes que estão com os cadastros não renovados | 26.508 |
| Pacientes que já retiraram os medicamentos até o dia 10/10/2020 | 3.647 |
| Total de pacientes, excluídos os pacientes que estão com os cadastros não renovados, bem como os pacientes que já retiraram os medicamentos até o dia 10/10/2020 | 22.862 |
| Pacientes que retiraram medicamentos para três meses | 2.302 |
| Total de pacientes, excluídos os pacientes que estão com os cadastros não renovados, excluídos os pacientes que já retiraram os medicamentos até o dia 10/10/2020, bem como os pacientes que retiraram medicamentos para três meses | 20.560 |
| Medicamentos que encontram-se em falta em 10/10/2020 | 3.701 |
| Total de pacientes, excluídos os pacientes que estão com os cadastros não renovados, excluídos os pacientes que já retiraram os medicamentos até o dia 10/10/2020, excluídos os pacientes que retiraram medicamentos para três meses, bem como excluídos os medicamentos que encontram-se em falta em 10/10/2020 | 16.859 |
| TOTAL DE PACIENTES QUE DE FATO INICIARAM O MÊS DE OUTUBRO APTO A RETIRAR O MEDICAMENTO NO CEAF (Total de pacientes com cadastro ativo no mês de outubro de 2020 + Pacientes que já retiraram os medicamentos até o dia 10/10/2020) | 20.506 |

*Importante salientar que o **TOTAL DE PACIENTES QUE DE FATO INICIAM O MÊS APTO A RETIRAR O MEDICAMENTO NO CEAF** pode sofrer variação mensal, tendo em vista que alguns dados podem sofrer variações mensalmente, por exemplo: a quantidade de medicamentos em falta, quantidade de pacientes que não renovam o cadastro no prazo legal e a quantidade de pacientes que vem a óbito, influenciam diretamente na quantidade de atendimentos realizados no CEAF.*



Portanto, fundamental reafirmar que há, necessariamente, uma variação mensal no quantitativo de pacientes, todavia, esse valor, apesar da variação, circunda o quantitativo de 20.000 pacientes mensais.

Há de se salientar que o quantitativo de 15.000 pacientes indicado no Documento de Oficialização da Demanda - DOD SES/SAIS/CATES/DIASF 37291643 e no Projeto Básico SES/SUAG/CEIC 37293085, ambos constantes no Processo SEI n.º 00060- 00109204/2020-43, provavelmente foi efetuado com a mesma metodologia utilizada para se chegar aos dados fornecidos nos relatórios em anexo e na planilha exposta acima. Provavelmente foi estabelecido o quantitativo de 15.000 pacientes mensais, para fins de estipulação do objeto do Contrato n.º 063/2020 - SES/DF, levando-se em consideração que a entrega de medicamento em casa concorreria com os pacientes que optassem por retirarem presencialmente os medicamentos nos Núcleos Farmacêuticos que compõem o CEAF, de forma que foi feita uma estimativa de que 5.000 pacientes aproximadamente viriam pessoalmente retirar o medicamento no CEAF e que a entrega de medicamentos em casa alcançaria em torno de 15.000 pacientes mensalmente.

5. C) DISPONIBILIZE, PARA TODOS OS MESES DA CONTRATAÇÃO (DE ABRIL A SETEMBRO/2020):

- 5.1. 1. os relatórios de **produção** (item 6.6.2, do Projeto Básico) elaborados para fins de acompanhamento do volume diário de ligações;*
- 5.2. 2. os relatórios de **medição dos serviços executados** em cada mês (item 7.9, do Projeto Básico);*
- 5.3. 3. os relatórios de **apuração dos serviços executados** (item 8.1, do Projeto Básico);*
- 5.4. 4. os relatórios da **eficiência nos atendimentos telefônicos** emitidos pelo sistema existente na central telefônica e os relatórios de conformidade nos padrões de qualidade (item 8.8, do Projeto Básico);*
- 5.5. 5. os relatórios de **entregas realizadas** (documento de medição inserido na Tabela n.º 2 - Entrega de Medicamentos em Domicílio do Apêndice III – Instrumento de Medição de Resultado - IMR - do Projeto Básico);*

1 - RELATÓRIOS DE PRODUÇÃO - 48802639;

2 - RELATÓRIOS DE MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS EM CADA MÊS - 48802675;



3 - RELATÓRIOS DE APURAÇÃO DE SERVIÇOS EXECUTADOS - 48802949;

4 - RELATÓRIOS DA EFICIÊNCIA NOS ATENDIMENTOS TELEFÔNICOS - 48883714;

5 - RELATÓRIOS DE ENTREGAS REALIZADAS - 48803356.

Abaixo, segue listagem como os processos do SEI, referente a todos os documentos da execução do Contrato n.º 063/2020 - SES/DF, a saber:

Processo 00060-00189892/2020-17, referente à execução contratual do mês de abril/2020;

Processo 00041-00000969/2020-65, referente à execução contratual mês de maio/2020;

Processo 00041-00001317/2020-48, referente à execução contratual mês de junho/2020;

Processo 00041-00001399/2020-21, referente à execução contratual mês de julho/2020, e 00060-00330122/2020-66 referente à fiscalização técnica do mesmo mês;

Processo 00041-00001661/2020-37, referente à execução contratual mês de agosto/2020, e 00060-00402178/2020-20 referente à fiscalização técnica do mesmo mês;

Processo 00041-00001893/2020-95 referente à execução contratual mês de setembro/2020.

6. D) MANIFESTE-SE SOBRE A AUSÊNCIA DE ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS QUE EXPRESSEM A COMPOSIÇÃO DE TODOS OS SEUS CUSTOS UNITÁRIOS (TÓPICO V.2.2.1 DA INFORMAÇÃO N.º 70/2020 – DIASP3), UMA VEZ QUE A “PLANILHA DETALHADA DE ESTIMATIVA DE PREÇOS” JUNTADA AO PROCESSO SEI N.º 00060- 00109204/2020-43 NÃO ATENDE À LEGISLAÇÃO;

Resposta - Despacho - SES/SUAG/DIAQ/GEPP (48931644):

Cumprido esclarecer que o processo 00060-00109204/2020-43, nos foi demandado com prioridade conforme consta nos Autos Selo Prioridade COVID-19 SES/FSD/DIR/DIOR/GEO (40773457), motivo pelo qual foi adotado durante o procedimento de Estimativa o Disposto na LEI N.º 13.979, 06 de FEVEREIRO de 2020, mais especificamente em se Art. 4º, in verbis;

(...)



"Art. 4º-E. Nas aquisições ou contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado. (Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020)

*§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado referidos no **caput** deste artigo conterà: (Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020)*

...

VI – estimativa de preços obtida por meio de, no mínimo, 1 (um) dos seguintes parâmetros: (Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020)

a) Portal de Compras do Governo Federal; (grifo nosso) (Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020)

b) pesquisa publicada em mídia especializada; (grifo nosso) (Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020)

c) sites especializados ou de domínio amplo; (grifo nosso) (Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020)

d) contratações similares de outros entes públicos; ou (grifo nosso) (Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020)

e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; (grifo nosso) (Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020)

...

§ 2º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI do § 1º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 14.035, de 2020)"

Como pode ser observado no referido processo, esta GEPP/DIAQ durante o procedimento de estimativa, em atenção art. 7 da Portaria nº 514/2018, que regulamenta o disposto no Decreto Distrital nº 39.453, de 14 de novembro de 2018, realizou pesquisa no:

Painel de Mapa de Preços/GDF, onde foi não localizado registros de contratações.

DW/Compranet (ID: 37850771), que conforme Parecer Técnico constante no Despacho SES/SAIS/CATES/DIASF (37927389), não atende ao Demandado no Projeto Básico SES/SUAG/CEIC (37293085).

Solicitação de Propostas à possíveis fornecedores conforme E-mail CONVOCAÇÃO DE PROPOSTAS (37383728). Em resposta



obtivemos duas Propostas, quais sejam Proposta ABL SYSTEM (37825296) e Proposta BRB (37825188).

Ressaltamos que foi utilizado como valor de referência o menor preço válido obtido (uma das propostas obtidas, alvo de Parecer Técnico favorável pelo setor demandante) em concordância com Art. 18 da Portaria nº 514/2018, que regulamenta o disposto no Decreto Distrital nº 39.453, de 14 de novembro de 2018, in verbis:

"Art. 18. Excepcionalmente, mediante justificativa do gestor responsável e devidamente comprovado nos autos, será admitida a pesquisa com menos de três preços válidos, o menor dos preços ou o maior desconto obtido."

Nota-se que o Projeto Básico SES/SUAG/CEIC (37293085) da contratação em comento não apresentava o dimensionamento preciso de todos os itens compõem o serviço, portanto inviabilizando a composição de todos os seus custos unitários por parte desta GEPP/DIAQ. Ressaltamos de igual modo que o BRB, empresa que apresentou a menor proposta, encaminhou Planilha detalhada de Composição de Custos (38028782), cujo dimensionamento foi estimado por parte daquela empresa.

7. E) EM RELAÇÃO À PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS ELABORADA PELA SOCIEDADE EMPRESÁRIA BRB SERVIÇOS S.A., CONSTANTE NAS PÁGINAS 98/99 DO PROCESSO SEI N.º 00060-00109204/2020-43:

7.1. 1. apresente a memória de cálculo dos percentuais referentes a cada uma de suas rubricas;

7.2. 2. encaminhe a composição detalhada de todos os custos unitários dos seguintes itens inseridos no GRUPO 5 - CUSTO DE CONTRATAÇÃO LOGÍSTICA: A - INSTALAÇÃO CALL CENTER, B - TELEFONIA e C - ENTREGA MEDICAMENTOS EM CASA, juntamente com a(s) cópia(s) do(s) Acordo(s) ou da(s) Convenção(ões) Coletiva(s) ao(s) qual(ais) o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra;

Resposta - Despacho - SES/SUAG/DIAQ/GEPP (48931644):

Em conformidade com o exposto na resposta do item anterior sugerimos que seja solicitado à empresa BRB a memória de cálculo dos percentuais referentes a cada uma de suas rubricas assim como a composição detalhada de todos os custos unitários, considerando a ausência de dimensionamento preciso no Projeto Básico.



8. G) INFORME AO TRIBUNAL SOBRE A REALIZAÇÃO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 063/2020 - SES/DF (38082098), PARA INCLUSÃO DE SERVIÇOS DA ENTREGA DOS MEDICAMENTOS DO NÚCLEO DE FARMÁCIA DE AÇÕES JUDICIAIS - NUFAJ, NOTICIADA NO MEMORANDO N.º 105/2020 - SES/SAIS/CATES/DIASF (40884012);

Resposta - Despacho - SES/SUAG/DFACC (48961361), esclarece que não houve no processo Contratual, processo n.º 00060-00109204/2020-43, formalização de Termos Aditivos.

[...]

Em atenção aos itens faltantes, informamos a Vossa Excelência que o presente processo tramita nas áreas competentes e tão logo sejam apresentados os documentos comprobatórios da demanda, seguirá resposta complementar a este Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal.

13. Tendo em conta o cumprimento parcial das diligências contidas no item IV, da Decisão n.º 4.226/2020, esse Corpo Técnico elaborou a planilha abaixo indicando a presente situação.

Tabela 1 – Situação das diligências contidas no item IV da Decisão n.º 4.226/2020

| Diligência | Situação |
|---|--|
| IV – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 15 (quinze) dias : | |
| a) conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, permissão para acesso externo ao Processo SEI n.º 00060-00107460/2020-04 à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (e-mail diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias; | foi disponibilizado <i>link</i> de acesso ao Processo SEI n.º 00060-0010746082020-04 no e-mail da Divisão. O arquivo gerado no referido <i>link</i> foi associado aos autos no e-TCDF. |
| b) encaminhe as memórias de cálculo utilizadas para definição dos quantitativos de entrega em domicílio por mês e das ligações com agendamento efetivado para os usuários do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Distrito Federal - CEAF-DF, indicados no Documento de Oficialização da Demanda - DOD SES/SAIS/CATES/DIASF 37291643 e no Projeto Básico SES/SUAG/CEIC 37293085, ambos constantes no Processo SEI n.º 00060- 00109204/2020-43; | em que pesem os esclarecimentos prestados pela Jurisdicionada, não foi encaminhada a documentação solicitada pelo Tribunal |
| c) disponibilize, para todos os meses da contratação (de abril a setembro/2020): | |



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

Pág. 14 de 34

| | |
|---|---|
| 1. os relatórios de produção (item 6.6.2, do Projeto Básico) elaborados para fins de acompanhamento do volume diário de ligações; | os relatórios se encontram acostados à peça 54 - e DOC ECEBFBF3-c |
| 2. os relatórios de medição dos serviços executados em cada mês (item 7.9, do Projeto Básico); | os relatórios se encontram acostados à peça 58 - e DOC 5E7F5BAA-c. Cabe destacar que não foram encaminhados os relatórios relativos aos serviços prestados nos meses de agosto e setembro/2020. |
| 3. os relatórios de apuração dos serviços executados (item 8.1, do Projeto Básico); | os relatórios se encontram acostados à peça 58 - e DOC 5E7F5BAA-c. Cabe destacar que não foram encaminhados os relatórios relativos aos serviços prestados nos meses de agosto e setembro/2020. |
| 4. os relatórios da eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente na central telefônica e os relatórios de conformidade nos padrões de qualidade (item 8.8, do Projeto Básico); | os relatórios se encontram acostados à peça 58 - e DOC 5E7F5BAA-c. Cabe destacar que não foram encaminhados os relatórios relativos aos serviços prestados nos meses de agosto e setembro/2020. |
| 5. os relatórios de entregas realizadas (documento de medição inserido na Tabela n.º 2 - Entrega de Medicamentos em Domicílio do Apêndice III – Instrumento de Medição de Resultado - IMR - do Projeto Básico); | os relatórios se encontram acostados às peças 55 e 57 - e DOCs 5BF63AF7-c e 3044D9A3-c, respectivamente |
| d) manifeste-se sobre a ausência de orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários (tópico V.2.2.1 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3), uma vez que a “Planilha DETALHADA de Estimativa de Preços” juntada ao Processo SEI n.º 00060- 00109204/2020-43 não atende à legislação; | a Jurisdicionada apresentou manifestação |
| e) em relação à Planilha de Formação de Preços elaborada pela sociedade empresária BRB Serviços S.A., constante nas páginas 98/99 do Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43; | |
| 1. apresente a memória de cálculo dos percentuais referentes a cada uma de suas rubricas; | a Jurisdicionada não apresentou a memória de cálculo |
| 2. encaminhe a composição detalhada de todos os custos unitários dos seguintes itens inseridos no GRUPO 5 - CUSTO DE CONTRATAÇÃO LOGÍSTICA: A - INSTALAÇÃO CALL CENTER, B - TELEFONIA e C - ENTREGA MEDICAMENTOS EM CASA, juntamente com a(s) cópia(s) do(s) Acordo(s) ou da(s) Convenção(ões) Coletiva(s) ao(s) qual(ais) o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra; | a Jurisdicionada não encaminhou a composição detalhada de todos os custos unitários dos itens solicitados pelo Tribunal |



| | |
|---|--|
| f) apresente esclarecimentos sobre a ausência de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados (tópico V.2.2.3 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3); | a Jurisdicionada não apresentou os esclarecimentos solicitados pelo Tribunal |
| g) informe ao Tribunal sobre a realização de termo aditivo ao Contrato n.º 063/2020 - SES/DF (38082098), para inclusão de serviços da entrega dos medicamentos do Núcleo de Farmácia de Ações Judiciais - NUFAJ, noticiada no Memorando n.º 105/2020 - SES/SAIS/CATES/DIASF (40884012); | a Jurisdicionada respondeu a demanda |
| h) esclarecer se parte da execução dos serviços do objeto do Contrato n.º 063/2020 - SES/DF (38082098) foi subcontratada e, em caso afirmativo, encaminhe cópia: | a Jurisdicionada não respondeu a demanda |
| 1. do contrato celebrado entre a sociedade empresária BRB Serviços S.A. e a subcontratada; | |
| 2. da justificativa formal, devidamente fundamentada, demonstrando a necessidade e a viabilidade de se adotar a subcontratação no âmbito do objeto contratado; | |
| 3. da autorização prévia emitida pela SES/DF, para fins da subcontratação parcial dos serviços pela BRB Serviços S.A.; | |
| 4. da avaliação efetuada pela SES/DF quanto ao cumprimento, pela subcontratada, dos requisitos da qualificação técnica necessários para a execução dos serviços subcontratados; | |
| i) disponibilize cópia da documentação relativa à demonstração da ausência das circunstâncias previstas no art. 23, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993, consoante estabelece o item 1, da subalínea "a.2", da Decisão Normativa TCDF n.º 2/2012, tendo em conta o não parcelamento do objeto da Dispensa de Licitação n.º 03/2020; | a Jurisdicionada não atendeu a demanda |

14. Cabe destacar que, em que pese o não encaminhamento de todos os relatórios solicitados nos itens IV.c.3 e IV.c.4 da Decisão nº 4.226/2020, consta da peça 63 – e DOC 3FB41081-c, que a executora do Contrato nº 063/2020 – SES/DF apontou os seguintes processos do SEI-GDF relativos à execução do referido ajuste:

Despacho - SES/SAIS (Doc. SEI/GDF 48933853)

[...]

Abaixo, segue listagem como os processos do SEI, referente a todos os documentos da execução do Contrato n.º 063/2020 - SES/DF, a saber:

Processo 00060-00189892/2020-17, referente à execução contratual do mês de abril/2020;



Processo 00041-00000969/2020-65, referente à execução contratual mês de maio/2020;

Processo 00041-00001317/2020-48, referente à execução contratual mês de junho/2020;

Processo 00041-00001399/2020-21, referente à execução contratual mês de julho/2020, e 00060-00330122/2020-66 referente à fiscalização técnica do mesmo mês;

Processo 00041-00001661/2020-37, referente à execução contratual mês de agosto/2020, e 00060-00402178/2020-20 referente à fiscalização técnica do mesmo mês;

Processo 00041-00001893/2020-95 referente à execução contratual mês de setembro/2020.

15. Diante disso, será sugerido ao Tribunal que:

a) determine:

a.1) ao Banco de Brasília de S. A. – BRB, que, no prazo de 5 (cinco) dias, conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, permissão para acesso externo aos seguintes Processos SEI 00041-00000969/2020-65, 00041-00001317/2020-48, 00041-00001399/2020-21, 00041-00001661/2020-37 e 00041-00001893/2020-95 à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (e-mail diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias; (Sugestão VII)

a.2) à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, que, no prazo de 5 (cinco) dias:

a.2.1) conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, permissão para acesso externo aos seguintes Processos SEI 00060-00189892/2020-17, 00060-00330122/2020-66 e 00060-00402178/2020-20 à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (e-mail diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias; (Sugestão VI)

a.2.2) encaminhe ao Tribunal:

a.2.2.1) a documentação contida nos subitens IV.c.2, IV.c.3 e IV.c.4, da Decisão nº 4.226/2020, relativa aos meses de agosto e setembro/2020; (Sugestão IV)

a.2.2.2) a documentação indicada nos subitens IV.b, IV.e.1 e IV.e.2, IV.f, IV.h e IV.i da Decisão nº 4.226/2020; (Sugestão V)

b) alerte o Sr. Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal de que o não cumprimento das diligências apontadas na subalínea “a.2” poderá implicar na



aplicação da penalidade prevista no artigo 57, inciso IV⁷, da Lei Complementar nº 1, de 09.05.1994. (Sugestão VIII)

I.3. Item V da Decisão nº 4.226/2020

16. Por intermédio do Ofício nº 7426 – SES/GAB, a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal assim se pronunciou acerca das diligências insertas no item V da Decisão nº 4.226/2020:

9. V – DETERMINAR À SECRETARIA DE ESTADO DE- SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – SES/DF QUE, DORAVANTE:

9.1. a) ***instrua***, nos termos do art. 9º da Portaria PGDF n.º 115/2020, ***os autos de contratação direta relativos à aquisição de bens, serviços e insumos para enfrentamento da COVID 19, realizadas com fundamento na Lei Federal n.º 13.979/2020, com a declaração da autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial SEI-GDF n.º 002/2020 – PGDF/PGCONS, conforme modelo anexo à Portaria PGDF n.º 115/2020;***

Resposta - Despacho - SES/SUAG/DAESP (48892612):

Considerando que a Declaração nos moldes da Portaria PGDF n.º 115/2020 deve ser realizada por autoridade competente para a prática do ato de que a situação concreta se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial SEI-GDF n.º 002/2020 – PGDF/PGCONS, entendemos que tal declaração s.m.j., deve ser assinada pelo gestor responsável pela aprovação da Dispensa de Licitação, no caso em questão o Subsecretário de Administração Geral.

Deste modo, solicitamos orientação de como a DAESP deve proceder diante da referida recomendação.

Em complementação, esta Subsecretaria esclarece que foi (sic) prestadas as orientações àquela Diretoria de Aquisições Especiais quanto a elaboração da Declaração de Enquadramento nos Parâmetros dos Pareceres Referenciais, conforme art. 9º da Portaria nº 115/2020 - PGDF, por meio do Memorando Nº 290/2020 - SES/SUAG (48832671), nos autos do processo SEI 00060-00439570/2020-24.

⁷ Art. 57. O Tribunal poderá aplicar multa de até 100 UPDFs ou o equivalente em outro indexador que venha a ser adotado pelo Distrito Federal, para fins fiscais, aos responsáveis por:

[...]

IV – não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, de diligência do Conselheiro Relator ou de decisão do Tribunal;



9.2. b) indique a **correta fundamentação legal para a vigência contratual**, de modo a observar a legislação pertinente (Lei n.º 8.666/1993 ou Lei n.º 13.979/2020), tendo em conta as falhas apontadas no tópico V.5 da Informação n.º 70/2020 – DIASP3;

Resposta - Despacho - SES/SUAG/DFACC (48961361):

Informa-se que a fundamentação legal para a vigência contratual encontra-se fundamento na Lei n.º 13.979/2020 conforme Despacho SES/SUAG (38044988), a qual ocorre a ratificação da Dispensa de Licitação, conforme segue:

"Considerando as informações contidas no presente processo e mediante Despacho SES/SUAG (38044988), **com fundamento no Artigo 4º, da Lei nº 13.979/2020**, RATIFICO a Dispensa de Licitação nº 03/2020 no valor global de R\$ 10.815.750,36 (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos), sendo declarada vencedora a empresa BRB SERVIÇOS S/A, referente à Contratação emergencial (por 180 dias) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente.

Isto posto, encaminha-se os autos à Subsecretaria de Administração Geral - SUAG/SES para providências subsequentes."

9.3. c) no caso de deflagrar nova dispensa de licitação para o mesmo serviço objeto do Contrato 063/2020, **afaste as irregularidades apontadas na Informação n.º 70/2020 – DIASP3**, encaminhando ao Tribunal, tão logo publique o aviso do certame no DODF, cópia da documentação que comprove o efetivo atendimento das diligências em análise;

Resposta - Despacho - SES/SUAG/DAESP (48892612): **Informa que a DAESP está ciente da recomendação.**

II. Das Considerações Apresentadas pela SES/DF e pela Sociedade Empresária BRB Serviços S.A. Acerca do Sobrepreço Apontado nos Parágrafos 74/79 da Informação nº 70/2020 – DIASP3 (Item VI, da Decisão nº 4.226/2020)



17. A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal apresentou as seguintes considerações sobre o sobrepreço indicado nos parágrafos 74/79 da Informação nº 70/2020 – DIASP3:

Resposta - Despacho - SES/SUAG/DIAQ/GEPP (48931644):

Considerando a ausência de Preços Públicos validados pelo setor técnico competente, ausência de registros de serviços no Painel de Mapa de Preços/GDF, foi utilizado como valor de referência o menor preço válido obtido em concordância com Art. 18 da Portaria nº 514/2018, que regulamenta o disposto no Decreto Distrital nº 39.453, de 14 de novembro de 2018, exposto anteriormente.

18. Cabe transcrever os seguintes trechos do Ofício BRB SERVIÇOS Nº 055/2020 (peça nº 44 – e DOC C17149C9-c):

OFÍCIO BRB SERVIÇOS Nº 055/2020

[...]

HISTÓRICO

2. Inicialmente cabe destacar que a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, em decorrência da pandemia de COVID 19, com o intuito de eliminar filas nas farmácias de alto custo do DF, formadas, em geral, por pessoas acometidas de comorbidades que as classificam como grupo de risco, foi ao mercado de forma emergencial, em busca de contratar empresa especializada para execução dos serviços mencionados, por meio do Ofício SES/SUAG/DAESPGEAQ nº 60/20, acompanhado do Projeto básico SES/SUAG/CEIC (documento SEI/GDF – 37293085).

3. Na oportunidade, diante da urgência verificada, foi concedido o curtíssimo prazo para análise do Projeto Básico, precificação, elaboração e envio de proposta de apenas 02 (dois) dias.

4. Dessa forma, diante do exíguo prazo concedido, o mapeamento das atividades e a precificação dos serviços se deram única e exclusivamente de acordo com o descrito e detalhado no Projeto Básico, que, além de fazer parte integrante do Contrato, conforme determina a legislação, tratou das particularidades e dos níveis de serviços exigidos, bem como estabeleceu as regras para elaboração de proposta, participação no processo de contratação, regras contratuais, etc.

5. Nesse sentido, norteadas e pautadas no Projeto Básico, produzido pela SES/DF, a BRB Serviços mapeou as atividades a serem executadas e elaborou proposta de serviços para contratação do tipo Preço Global (quando se contrata a execução do serviço por preço certo e total), de



item único, conforme detalhado no item 5 do Projeto básico SES/SUAG/CEIC (documento SEI/GDF – 37293085), para execução de serviços que, sagrando-se vencedora, deveria iniciar de forma imediata, conforme definido no item 21.1.1 do Projeto Básico.

6. Finalizado o prazo para envio de propostas, a BRB Serviços foi comunicada pela SES que sua proposta sagrou-se vencedora na consulta pública realizada, o que motivaria a formalização de contrato emergencial, nos termos do Projeto Básico, para a execução dos serviços requeridos.

7. O processo de contratação foi concluído no dia 02 de abril de 2020 (quinta-feira) no fim do dia e, no dia 03 de abril de 2020 pela manhã, ou seja, menos de 12 horas após a assinatura do contrato, dada a urgência, natureza dos serviços e exigência do instrumento convocatório, a BRB Serviços executou procedimentos e ações para início das atividades. Naquele mesmo dia, foram efetuados agendamentos e entregas de medicamentos no domicílio dos usuários da farmácia de alto custo do DF, de forma experimental.

8. Mesmo diante de todas as adversidades e celeridade do processo de contratação, a BRB Serviços, considerando a importância do projeto, não poupou esforços e dedicou toda sua força de trabalho para atender à demanda de análise e de precificação dentro do curtíssimo prazo concedido, além de implantar em tempo recorde a operação nos moldes definidos, com a agilidade que o caso requeria.

9. Superadas as dificuldades de implantação de toda a estrutura necessária para o atendimento da demanda, a Companhia conseguiu imprimir excelência na execução dos serviços, que foram extremamente elogiados pelos usuários e pela população do DF.

10. Transcorridos os 06 (seis) meses de vigência do contrato, entre provocações formais da Secretária de Estado de Saúde do DF quanto ao interesse na continuidade da execução dos serviços em decorrência da permanência da condição imposta pela pandemia de COVID 19, a BRB Serviços foi surpreendida com expediente que tramitava desde 07 de abril de 2020, ou seja, apenas 04 (quatro) dias após a assinatura do contrato, que buscava a concessão de medida cautelar para suspensão de qualquer pagamento alusivo à referida contratação.

11. Ou seja, enquanto a BRB Serviços envidava seus melhores esforços para implantar serviços de extrema importância para a saúde dos usuários das farmácias de alto custo do DF, além das dificuldades internas enfrentadas, tramitava, sem seu conhecimento, representação que questionava entre outros pontos, se o objeto social da Companhia



atendia o escopo da contratação. Questão que foi facilmente superada em resposta apresentada pela própria SES/DF quando demonstrou que a contratação foi amparada pela previsão do Art. 4º, incisos IV (telesserviços) e VI (sistemas tecnológicos e logísticos de transportes) do Estatuto Social da BRB Serviços.

12. Posto isso, a BRB Serviços vem pelo presente, expor, esclarecer e demonstrar sua boa-fé durante todo o processo de contratação e de execução dos serviços para a qual foi contratada.

PRELIMINARMENTE

13. Inicialmente cabe ressaltar que, conforme mencionado, a BRB Serviços apenas tomou conhecimento da existência do Processo nº 00600- 00000439/2020-16-e, em 02/10/2020, por meio de expediente da Secretaria Executiva do Banco de Brasília – BRB, que encaminhou o Ofício nº 9041/2020-GP, em referência à Decisão 4226/2020, do Conselheiro Relator Inácio Magalhães filho.

14. Desde então, na busca por conhecer os fatos elencados nos autos supracitados, a BRB Serviços deparou-se com diversas decisões que lhe imputavam prazos para manifestação, além de registros quanto sua suposta omissão, sem, contudo, ter sido intimada ou notificada por esse C. Tribunal de Contas.

15. Diante disso, a BRB Serviços vem perante Vossas Excelências, apresentar suas primeiras considerações a respeito dos apontamentos constantes da representação nº 12/2020 – CF, do D. Ministério Público de Contas e da Informação nº 70/2020 – DIASP3, da Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública, em atenção às determinações contidas o item VI, da r. Decisão nº 4226/2020 e no Despacho Singular nº 207/2020 – GCIM.

DA FORMAÇÃO DE PREÇOS DA BRB SERVIÇOS

16. Conforme mencionado, após provocação da SES/DF em que foi concedido exíguo prazo para análise do Projeto Básico, precificação, elaboração e envio de propostas, a BRB Serviços pautou-se exclusivamente nas regras contidas no Projeto Básico para delinear todo o escopo de sua proposta de preços.

17. O tempo exíguo concedido impossibilitou pesquisas aprofundadas sobre as especificidades da contratação, legislações pertinentes e demais regras envolvidas. Ou seja, para elaboração da proposta de preços a BRB Serviços pautou-se única e exclusivamente ao Projeto Básico, em homenagem ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, norteador de toda contratação pública, que impõe à



Administração e à empresa contratada a observância das normas estabelecidas no Edital e no Projeto Básico de forma objetiva.

18. Assim, considerando as regras impostas, a BRB Serviços dimensionou estrutura de central de atendimento (callcenter) para atendimento/realização de chamadas, com volume médio de 2.750 ligações/dia (item 6.6.2), além da contratação de mão-de-obra para atividades relacionadas à separação, embalagem e transporte de medicamentos para mais de 15 mil entregas/mês, até o limite de 33 mil entregas/mês.

19. Ressalta-se que, após criteriosa análise do Projeto Básico, restou claro que a intenção da SES/DF ao estabelecer as regras contratuais, foi no sentido de que a contratação se daria com objeto único, por **preço global**. Nesse sentido, o objeto não seria fracionado ou individualizado por entrega ou atendimento. A precificação e a disponibilização de toda a estrutura que e-DOC 766C88CD Proc 00600-00000439/2020-16-e BRB Serviços S/A CNPJ 12.875.569/0001-80 Setor Comercial Norte, Quadra 4, Bloco C, Asa Norte, Brasília – DF envolvesse a execução dos serviços, deveria ser pautada por item único, conforme estabeleceu o item 5 do Projeto Básico.

20. Diante de tal constatação, independentemente de haver confirmação da demanda prevista, a BRB Serviços elaborou sua proposta com dedicação de estrutura de callcenter com capacidade de atendimento do máximo de ligações previsto, bem como calculou a quantidade de mão-de-obra e dimensionou a logística para entrega dos medicamentos da mesma forma, para atender as quantidades máximas previstas no instrumento convocatório. Tais previsões se concretizaram ao final do processo de contratação, quando a Companhia sagrou-se vencedora e passou a executar os serviços.

21. No mesmo sentido, corroborando do mesmo entendimento em relação ao ato convocatório e ao Projeto Básico que apontaram as diretrizes para a elaboração das propostas, posicionou-se o Ministério Público de Contas no Parecer 0842/2020-G2P, especificamente em seu parágrafo 38 quando ressalta que: “**o DOD não demonstrou os cálculos efetuados para a fixação dos quantitativos de entregas em domicílio por mês e de ligações diárias para os usuários, uma vez que se limitou a indicar o número total de pacientes cadastrados no CEAF, sem fornecer o quantitativo de entregas efetuadas mensalmente.**”

22. Nesse mesmo sentido é o teor do § 4º, artigo 7º, da Lei nº 8.666/93, “*in verbis*”:



Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

I - projeto básico;

II - projeto executivo;

III - execução das obras e serviços.

(...)

§ 4º É vedada, ainda, a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo.

23. Com base nesse entendimento e no princípio de vinculação ao instrumento convocatório, foram elaboradas a planilha de preços e a proposta da BRB Serviços.

DA LIMITAÇÃO SOBRE OS ENCARGOS SOCIAIS E BDI

24. Inicialmente, cabe destacar que a BRB serviços é uma empresa do conglomerado BRB, que preza por seus colaboradores e busca lhes oferecer boas condições de trabalho, bons benefícios e dignidade nas relações laborais. Ademais, possui Acordo Coletivo de Trabalho - ACT firmado com o Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Distrito Federal - SINTTEL-DF, o qual garante a seus empregados uma série de direitos e benefícios.

25. Não obstante, o fato do referido contrato ser emergencial, com prazo de 180 dias, faz com que a possibilidade de aumento na rotatividade de colaboradores aumente bastante. A limitação de vigência do contrato de trabalho faz com que os colaboradores lotados nesses serviços busquem outras colocações. Esse aumento de “turnover” faz com o custo com rescisões e admissões seja extremamente oneroso.

26. Além disso, os objetivos sociais preponderantes da BRB Serviços, lhe impõem um alto grau de Fator Acidentário de Prevenção – FAP e de Riscos Ambientais do Trabalho – RAT (cf. documentos anexos), os quais incidem sobremaneira nos custos e alíquotas pagas sobre tais rubricas, além de, indiretamente, afetar os custos com afastamentos, reposição de colaboradores, etc.

27. Dessa forma, no momento da precificação foram considerados além dos impostos ordinários, depósitos fundiários e demais garantias constitucionais; os benefícios previstos em ACT, os (altos) índices referentes às alíquotas de FAP e RAT, custos com reposição de



colaboradores agravados pela alta na rotatividade em decorrência da natureza do contrato de trabalho, o que, somados superaram o percentual limite de 72,91%, apontado pela Informação nº 70/2020 – DIASP3, para gastos com encargos sociais e trabalhistas.

28. No mesmo sentido, a Informação nº 70/2020 – DIASP3 aponta excesso na planilha de preços elaborada pela BRB Serviços sob o argumento de que foi apresentado BDI superior ao permitido pelo TCDF. Destaca que a planilha de preços elaborada apresenta BDI de 55,12% e que o limite estabelecido por esse Tribunal é de 30%.

29. O texto aponta ainda, erro no cálculo apresentado pela BRB Serviços, que informou margem de lucro de 17%, quando o valor correspondia a 19,83%. Nesse sentido, vale destacar que a BRB Serviços reconhece que houve um erro no cálculo de sua margem de lucro, e que, desde já, requer que seja considerado para todos os efeitos o cálculo demonstrado nos itens 75 e 76 da Informação 70/2020 - DIASP3. Valendo ressaltar que provavelmente esse erro foi ocasionado pelo exíguo tempo conferido à elaboração de proposta.

30. Dessa forma, considera-se a partir de então a margem de lucro de 17% e, conseqüentemente, o BDI recalculado de 51,45%, perfazendo um valor global mensal de R\$ 1.760.009,48 (um milhão setecentos e sessenta mil e nove reais e quarenta e oito centavos).

31. Ocorre que, independentemente do erro demonstrado e reconhecido pela BRB Serviços neste ato, o percentual de BDI praticado encontra-se maior do que o limite estabelecido pelo TCDF, qual seja, 30%.

32. Ou seja, pela análise dos autos, foi imputado à BRB Serviços inobservância aos limites de encargos sociais e BDI, além do erro no cálculo na margem de lucro informada, o qual foi reconhecido nesta ocasião.

33. Contudo, após exame criterioso no Projeto Básico utilizado para a contratação dos referidos serviços, ficou evidenciado que o mesmo não traz qualquer previsão quanto à limites para encargos sociais e/ou BDI às empresas proponentes e, como dito anteriormente, não foi possibilitado prazo para que as empresas interessadas realizassem pesquisas minuciosas para tomar ciências de tais limitações. Na verdade, a BRB Serviços utilizou-se da máxima de que o instrumento convocatório, conforme determina a legislação, traria todas as regras para a contratação e para a execução dos serviços pretendidos.

34. O Projeto Básico até menciona e, de certa forma, regulamenta o modo que as empresas proponentes devem se posicionar em relação do BDI. O item 15.11 leciona que: 15.11. As empresas proponentes deverão



apresentar a composição do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) na planilha de formação de preços, utilizando os percentuais correspondentes ao regime de tributação ao qual optou.

35. A BRB Serviços opta pelo regime de tributação pelo “lucro real”. Ocorre que não há na legislação vigente a limitação de 30% no BDI para empresas optantes desse regime de tributação. Ou seja, a SES/DF ao abordar o tema deixou de informar limitação à qual estava submetida.

36. Em análise mais aprofundada dos autos, verificou-se que a limitação dos percentuais referentes ao BDI, encontra-se firmado no contexto da decisão nº 544/2010, proferida nos autos do processo nº 3.769/04, cujo objeto tratava de Auditoria de regularidade realizada na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, tendo por fim examinar contratos de prestação de serviços de vigilância armada e desarmada, no período de 1994 a 2006.

37. Da referida decisão depreende-se os seguintes apontamentos, constantes dos itens IV e V (d) (2):

IV. determinar à Secretaria de Planejamento e Gestão que, no prazo de 90 dias, elabore normativo tendente a disciplinar os limites de encargos sociais e de BDI a serem utilizados nas planilhas de custos e formação de preços dos contratos de prestação de serviço de natureza contínua, observando, para tanto, os parâmetros utilizados nos autos;

V. determinar aos órgãos e entidades da Administração Pública Distrital que:

(...)

(d) por ocasião da elaboração de Planilhas de Custos e Formação de Preços dos contratos de prestação de serviços de natureza contínua, em especial os relativos à vigilância:

(...)

(2) adotem os parâmetros constantes dos estudos apresentados no Achado 6 do Relatório de Auditoria tratado nos autos, em especial, o montante aproximado de 70,64% para encargos sociais e de 30% para BDI, ressaltando que valores divergentes deverão ser devidamente justificados e comprovados nos respectivos autos, por meio de documentos pertinentes.

38. Nesse contexto, verifica-se que a limitação aos percentuais de encargos sociais e de BDI mencionados, estipulados pela jurisprudência desse C. Tribunal, trata de limites aproximados, assim como também



prevê a possibilidade de valores divergentes aos referidos limites, desde que, devidamente justificados e comprovados nos autos.

39. Cabe ressaltar ainda que a BRB Serviços, após intimada da presente demanda, realizou pesquisa sem encontrar qualquer normativo da Secretaria de Economia do DF, disciplinando os limites de encargos sociais e de BDI a serem utilizados nas planilhas de custos e formação de preços dos contratos de prestação de serviço de natureza contínua.

40. Portanto, deve ser esclarecido que o descumprimento por parte da Secretaria em não divulgar normativo tratando da questão conforme decidido, combinado à ausência de informação no ato convocatório, Projeto Básico e/ou contrato, exime a BRB Serviços de qualquer culpa ou dolo na inobservância de tais regras.

41. Obviamente que se qualquer dos documentos mencionados remetesse à tais limites, os mesmos seriam observados e considerados nos cálculos apresentados. Eventualmente, pelos motivos expostos, acredita-se que até inviabilizaria a participação da BRB Serviços no processo de contratação.

42. Ademais, data máxima vênia, o desconhecimento pela BRB Serviços de regramento que não foi definido por Lei, mas por jurisprudência dessa e. corte, combinado com o descumprimento por parte de secretaria de governo em não editar o normativo pertinente, disciplinando e dando publicidade aos limites impostos, somados a ausência de previsão por parte do Projeto Básico e ou qualquer outro documentos existente no processo de contratação, não pode imputar à contratada penalização por extrapolar os limites em sua proposta de preços.

43. Novamente, faz-se necessário invocar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois, caso tais limites fossem previstos no referido documento, a BRB Serviços ou qualquer outra empresa não poderia alegar desconhecimento de regra imposta, mas não por Lei.

44. No mesmo sentido, o artigo 41 da Lei 8.666/93 é bem claro no que tange a obrigatoriedade da Administração pública em observar e cumprir os termos do edital.

45. Após a publicação da licitação (no caso envio da solicitação de proposta e do Projeto Básico) e publicidade das regras estabelecidas, o ato convocatório passa a reger todo o procedimento de contratação, ou seja, tanto a Administração quanto as partes ficam adstritas às condições previstas.

46. Marçal Justen Filho, ao comentar o artigo 41, corrobora com esse entendimento, senão vejamos:



“O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos. Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais e-DOC 766C88CD Proc 00600-00000439/2020-16-e BRB Serviços S/A CNPJ 12.875.569/0001-80 Setor Comercial Norte, Quadra 4, Bloco C, Asa Norte, Brasília – DF como a legalidade, a moralidade, a isonomia. O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública. Nem mesmo o vício do edital justifica pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada. Se a Administração reputar viciadas ou inadequadas as regras contidas no edital, não lhe é facultado pura e simplesmente ignorá-las ou alterá-las.

Verificando a nulidade ou a inconveniência dos termos do edital, a Administração poderá valer-se de suas faculdades para desfazimento dos atos administrativos. Porém, isso acarretará necessariamente o refazimento do edital, com invalidação do procedimento licitatório já desenvolvido.

Deverá ser reiniciado o procedimento licitatório (inclusive com novas publicações pela imprensa). Ter-se-á, na verdade, novo procedimento licitatório. Esse princípio foi expressamente consagrado no art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666.” (Justen Filho, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. Marçal Justen Filho. 13. Ed. São Paulo: Dialética, 2009. Página 543).

47. Mais adiante, continua Marçal:

“Ao submeter a Administração ao princípio da vinculação ao ato convocatório, a Lei nº 8.666 impõe o dever de exaustão da discricionariedade por ocasião de sua elaboração. Não teria cabimento determinar a estrita vinculação ao edital e, simultaneamente, autorizar a atribuição de competência discricionária para a Comissão indicar, por ocasião do julgamento de alguma das fases, os critérios de julgamento. Todos os critérios e todas as exigências deverão constar, de modo expresso e exaustivo, no corpo do edital.



48. No mesmo sentido posiciona-se o Superior Tribunal de Justiça – STJ:

“Em resumo: o Poder Discricionário da Administração esgota-se com a elaboração do Edital de licitação. A partir daí, nos termos do vocábulo constante da própria Lei, a Administração Pública vincula-se ‘estritamente’ a ele”. (REsp nº 421.946/DF, 1ª T., rel. Min. Francisco Falcão, j. em 07.02.2006, DJ de 06.03.2006).”

49. Portanto, é cristalino a obrigação da Administração Pública, bem como dos interessados, em observar e seguir à risca os termos do edital, uma vez que todos ficam vinculados ao mesmo como se fosse lei entre as partes, não cabendo a inclusão de regras extra editalícias posteriormente. Foi o que pautou a participação da BRB Serviços no processo de contratação e, posteriormente, durante a execução dos serviços.

DA SUBCONTRATAÇÃO

50. Constam nos autos questionamentos sobre a subcontratação realizada pela BRB Serviços para realização da logística de entregas de medicamentos em domicílio, por haver divergência entre a autorização no Projeto Básico e no Contrato firmado.

51. O Projeto Básico - SES/SUAG/CEIC (37293085) tratou da subcontratação em seu item 3, que definiu que a contratada poderia subcontratar seu objeto. Vejamos:

3. SUBCONTRATAÇÃO

3.1. A contratada poderá subcontratar o objeto desse Projeto Básico, conforme estabelecido nos termos do Art. 72, da Lei 8.666/93: Art. 72. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.

3.2. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

3.3. A LICITANTE, caso opte pela subcontratação, deverá indicar, na fase de habilitação, as entidades que subcontratará, com a descrição dos bens e serviços a serem subcontratados com a respectiva porcentagem, responsabilizando-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.



3.4. A SUBCONTRATADA deverá possuir todas as autorizações necessárias à execução dos serviços contratados.

52. Além disso, em 23 de julho de 2020, para sanar a divergência entre os documentos, foi firmado termo aditivo ao contrato, tornando nulo o item XXVII da Cláusula Décima Primeira que vedava a subcontratação de funcionários a serem alocados nos serviços objeto do contrato, corrigindo o erro material identificado, restando inquestionável a legalidade da subcontratação ocorrida.

CONCLUSÃO

53. Por todo o exposto, ficou evidenciado a boa-fé objetiva da BRB Serviços na relação contratual em comento, desde o momento de análise do instrumento convocatório até a conclusão da execução dos serviços.

54. Dessa forma, requer-se que seja reconhecida a obrigatoriedade de vinculação ao instrumento convocatório para ao final ser reconhecida a legalidade das margens relativas à encargos sociais e BDI, dadas as especificidades da prestação dos serviços e natureza do contrato e por não haver previsão no Projeto Básico ou em qualquer outro documento enviado no ato da divulgação da oportunidade e, conseqüentemente, o reconhecimento da obrigação de pagamento mensal pelos serviços prestados no valor global avençado, deduzidos apenas o erro material sobre o cálculo na margem de lucro (de 19,83% para 17%) o qual a BRB Serviços reconhece no presente nos itens 29 e 30, perfazendo um valor global mensal de R\$ 1.760.009,48 (um milhão setecentos e sessenta mil e nove reais e quarenta e oito centavos).

55. Termos em que pede e espera deferimento.

19. Os elementos apontados pela sociedade empresária BRB Serviços S. A. e pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, por si sós, são incapazes de afastar o sobrepreço apontado pelo Corpo Técnico, uma vez que a SES/DF não encaminhou ao Tribunal a documentação solicitada nos itens IV.e.1 e IV.e.2, da Decisão nº 4.226/2020.

20. Diante disso, em que pese a solicitação contida no Ofício BRB SERVIÇOS Nº 055/2020 (peça nº 44 – e-DOC C17149C9-c), para o reconhecimento da legalidade dos percentuais referentes a encargos sociais e BDI utilizados na Planilha de Formação de Preços, elaborada pela sociedade empresária BRB Serviços S. A., constante nas páginas 98/99 do Processo SEI nº 00060-00109204/2020-43, entendemos que o Tribunal deve manter a medida cautelar mitigada inserida no item III, da Decisão nº 4.226/2020 (Sugestão II).

III. Do Mérito da Representação nº 12/2020 - CF



21. O MPJTCDF noticiou os seguintes fatos, assim resumidos na Informação nº 22/2020 - DIASP3 (peça nº 4 - e DOC C89DBF9C-e), na fase de admissibilidade da Representação em tela:

Trata-se de Representação, com pedido cautelar, formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do DF – MPJTCDF, acerca de dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo), da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF.

2. Por meio da Exordial, noticiou-se a publicação da ratificação da Dispensa de Licitação 03/2020, relativa à citada contratação, no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF 45-A, de 02.04.20, Edição Extra.

3. Extrai-se que foi contratada a empresa BRB Serviços, no valor R\$ 10,8 milhões, pelo prazo de até 180 dias, e que a contratação está contida no Processo SEI 00060- 00109204/2020-43.

4. Ressaltou-se que os mencionados serviços estariam sob a responsabilidade da Diretoria de Assistência Farmacêutica - DIASF e apresentaram-se as principais características da prestação desses serviços, com base em matérias jornalísticas do Portal G1, notadamente que:

a) os serviços são prestados por 3 Farmácias de Alto Custo (Asa Sul, Ceilândia e Gama);

b) o atendimento aos usuários do DF é feito pelo número 160, opção 3, ao passo que, para usuários de fora do DF, deve-se utilizar o telefone 0800 644 0160;

c) a retirada do remédio nas unidades depende da apresentação de documento de identificação com foto e da receita original, e, no caso de medicamentos termossensíveis, é preciso levar um recipiente térmico com gelo;

d) em face da pandemia, os usuários que fazem parte dos grupos de risco para a Covid-19 – idosos, crianças, gestantes, imunodeprimidos, transplantados e portadores de doenças respiratórias – poderão cadastrar até 05 pessoas por paciente, para fazer a retirada dos medicamentos em seu lugar.

5. Em seguida, destacou-se que os serviços em tela “compreendem atividade especializada consoante a Portaria 187/15-SES e que devem envolver a Ética e Anamnese farmacêutica, por exemplo”.



6. Noutro passo, destacou-se que a empresa BRB Serviços é atual denominação da antiga BSB Administradora de Ativos S/A, “uma empresa do Banco de Brasília S/A - BRB, especializada na prestação de serviços de Cobrança Extrajudicial, Contact Center e Tecnologia da Informação e Comunicação a órgãos e empresas públicas e privadas”. Assim, alegou-se possível divergência entre o objeto do mencionado contrato e as atividades desempenhadas pela BRB Serviços.

7. Em seguida, destacou-se a importância de a SES/DF esclarecer o motivo de a Pasta “não conseguir atender a demanda nas suas Farmácias de Alto Custo, mediante agendamento, visto que, como se sabe, os serviços essenciais foram mantidos, nesse período de calamidade, etc.”

8. Outrossim, foram ressaltadas iniciativas governamentais na busca de serviços gratuitos ou de menor custo, tendo sido citadas, em notas de rodapé, as seguintes iniciativas:

a) o Governo do Estado do Rio de Janeiro decidiu firmar parceria com as operadoras de telefonia móvel para a prestação de serviços de central telefônica para atendimento sobre a Covid-19 e remessa de SMS, de forma gratuita, embora, inicialmente, se tivesse tentado realizar contratação no valor de R\$ 10 milhões para o mesmo objeto;

b) a Caixa Econômica Federal estaria investindo R\$ 250 mil no desenvolvimento de aplicativo que usado para pagamento do “coronavoucher”, como anunciado pela imprensa.

9. Destacou-se que “todas as contratações efetivadas no período de emergência devem estar atreladas, ainda, à legalidade e à economicidade”, sobretudo porque a CLDF, ao aprovar a situação de calamidade no DF, havia reconhecido que a receita de impostos sofreria forte decréscimo, “de maneira que a utilização dos recursos públicos deve ser direcionada para a máxima eficiência”.

10. Por fim requereu ao Tribunal:

a) a concessão de medida cautelar para suspensão de qualquer pagamento alusivo à referida contratação;

b) a solicitação de cópia dos autos à SES/DF com audiência do seu Titular, em 05 (cinco) dias úteis, para que apresente esclarecimentos a respeito da referida contratação, inclusive justificativa de preço.

22. Segundo verificado nos §§ 12/15 desta Informação, a SES/DF não atendeu todas as diligências demandadas pelo Tribunal via Decisão nº 4.226/2020. Diante disso, tendo em conta a ausência de elementos suficientes para formação de juízo, quanto à legalidade, à economicidade e à justificativa de preço dos



procedimentos administrativos inseridos no Processo SEI nº 000060-00109204/2020-43, a análise de mérito da presente Representação será efetuada na próxima fase processual.

IV. Da Conclusão

23. Conforme verificado na presente Informação, mesmo com a expiração do prazo estabelecido pelo Tribunal, a SES/DF não cumpriu todas as diligências contidas na Decisão nº 4.226/2020, que são necessárias para a análise de mérito da Representação nº 12/2020 – CF, bem como para a formação de juízo quanto ao sobrepreço apontado pelo Corpo Técnico.

24. Concluiu-se, portanto, que a análise de mérito da exordial será realizada na próxima fase processual, juntamente com a análise a ser efetuada pelo Corpo Técnico das diligências contidas nos itens III, IV e VI, da Decisão nº 4.226/2020.

V. Das Proposições

25. Ante o exposto, sugere-se ao e. Plenário que:

I. tome conhecimento:

a) do Ofício nº 577/2020-G2P (peça nº 36 – e DOC E1397BA9-e);

b) do Ofício BRB SERVIÇOS Nº 055/2020 e anexos (peça nº 44 – e DOC C17149C9-c), relevando sua intempestividade;

c) do Ofício SEI-GDF nº 7426/2020 – SES/GAB (peça nº 66 – e DOC E3750953-c) e anexos (peças nºs 45/65 - e DOCs 87372325-c, 5406F3D5-c, E31B32D1-c, 3A3D71DC-c, 8D20B0D8-c, 8870F7C6-c, 3F6D36C2-c, E64B75CF-c, 5156B4CB-c, ECEBFBF3-c, 5BF63AF7-c, 875918A7-c, 3044D9A3-c, 5E7F5BAA-c, 5B2F1CB4-c, EC32DDB0-c, 35149EBD-c, 82095FB9-c, 3FB41081-c, 88A9D185-c e 5EC8466B-c, respectivamente), relevando sua intempestividade;

II. manter a medida cautelar mitigada constante do item III da Decisão nº 4.226/2020;

III. em relação às diligências contidas no item IV, da Decisão nº 4.226/2020, considere:

a) cumpridas as alíneas “a”, “d” e “g”;

b) parcialmente cumprida a alínea “c”;

c) não cumpridas as alíneas “b”, “e”, “f”, “h” e “i”;



- IV. em decorrência do item III.b, determine à SES/DF que, no prazo de 5 (cinco) dias, disponibilize ao Tribunal os seguintes documentos produzidos nos meses de agosto e setembro/2020:
- a). os relatórios de medição dos serviços executados em cada mês (item 7.9, do Projeto Básico);
 - b). os relatórios de apuração dos serviços executados (item 8.1, do Projeto Básico);
 - c). os relatórios da eficiência nos atendimentos telefônicos emitidos pelo sistema existente na central telefônica e os relatórios de conformidade nos padrões de qualidade (item 8.8, do Projeto Básico);
- V. em decorrência do item III.c, reitere à SES/DF as determinações constantes nas alíneas “b”, “e.1”, “e.2”, “f”, “h” e “i”, do item IV, da Decisão nº 4.226/2020, para cumprimento em 5 (cinco) dias;
- VI. determine à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 5 (cinco) dias, conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, permissão para acesso externo aos seguintes Processos SEI 00060-00189892/2020-17, 00060-00330122/2020-66 e 00060-00402178/2020-20 à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (e-mail diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias;
- VII. determine ao Banco de Brasília de S. A. – BRB, que, no prazo de 5 (cinco) dias, conceda, na forma prevista no item 10.4 do Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, permissão para acesso externo aos seguintes Processos SEI 00041-00000969/2020-65, 00041-00001317/2020-48, 00041-00001399/2020-21, 00041-00001661/2020-37 e 00041-00001893/2020-95 à Terceira Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública (e-mail diasp3@tc.df.gov.br), pelo período (validade) de 730 dias;
- VIII. alerte o Sr. Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal de que o não cumprimento dos itens IV a VII destas sugestões poderá implicar na aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 1/1994;
- IX. autorize:
- a) a ciência da Decisão que for proferida à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e à sociedade empresária BRB Serviços S. A.; e



b) a devolução dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp, para acompanhamento dos itens IV a VII destas sugestões.

À superior consideração.

Brasília, 17 de novembro de 2020.

Roberto Dias Santiago
Matr. 665-3

Senhor Secretário,

De acordo com a instrução procedida nos autos e com as sugestões formuladas.

À alta consideração de V. S.^a

Terceira Divisão de Fiscalização de
Áreas Sociais e Segurança Pública, 2 de dezembro de 2020

Henrique Eduardo de Oliveira
Diretor